Uma Leitura Cepalina das Relações Econômicas Sino Brasileira

Cesar Augusto Lambert de Azevedo¹

Recebido em 01 de julho de 2016
Aprovado 24 de agosto de 2016

DOI:10.18829/rp3.v0i08.19400

RESUMO

O artigo tem o propósito de analisar a evolução brasileira à luz das fases estruturalista e neoestruturalista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a partir da década de 50 do século passado. Analisa também as modernizações introduzidas na República Popular da China (RPC) em 1978 e os seus desdobramentos nas décadas seguintes. Compara as análises por meio das relações sino-brasileiras desde o estabelecimento das relações diplomáticas em 1974. Demonstra a assimetria dos níveis de progresso técnico alcançados pelo Brasil e RPC e propõe uma nova relação centro-periferia nas relações dos dois países..

Palavras-chave: CEPAL, relações Brasil-RPC, inovação, desenvolvimento econômico.

ABSTRACT:

The article aims to analyze the Brazilian evolution in the light of structuralist phases and neoestruturalista the United Nations Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), from the 50s of last century. It also analyzes the modernization introduced in the People's Republic of China (PRC) in 1978 and its development in the following decades. Compare the analysis through the Sino-Brazilian relations since the establishment of diplomatic relations in 1974. It shows the asymmetry of technical progress levels achieved by Brazil and PRC and proposes a new center-periphery relationship in relations between the two countries ..

Keywords: ECLAC, Brazil-PRC relations, innovation, economic development.

¹ Doutorado em Ciência Política, USP. E-mail: csazv@terra.com.br

1. Introdução

A rica literatura referente à economia dos países latino-americanos, disponibilizada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), tem facilitado sobremaneira as investigações dos pesquisadores e a difusão dos seus trabalhos. As diferentes abordagens conhecidas dos textos sugerem diagnósticos, apontam caminhos e recomendam iniciativas para reduzir as assimetrias observadas entre países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento. Ao longo das décadas que se seguiram às primeiras reflexões de Raúl Prebisch, ainda nos anos 40 do século passado, somaram-se outras de importantes pensadores, como Celso Furtado, por exemplo. Nos setenta anos que se seguiram, essa literatura adensou-se na medida em que os desafios propostos por novas agendas suscitaram novos conceitos. Mas os princípios norteadores concebidos ao fim da primeira metade do século XX parece que continuam válidos.

No conjunto de preocupações, Prebisch (2000, p. 455) debate a acumulação de capital e distribuição de renda. Esse ponto irá permear vasta literatura na busca de diagnósticos a sugerir iniciativas para reduzir distorções. Visualizava que a poupança externa pudesse contribuir para as transformações sociais; e verificava que a divisão internacional do trabalho desfavorece os latino-americanos quando trocam seus produtos primários por manufaturas produzidas alhures. Furtado (2009, p. 225-229) demonstra que o fluxo de renda no trabalho assalariado no Brasil, desde o final do século XIX chegando ao XX, calcado na atividade primária exportadora do café, seguiu uma trajetória de concentração de renda. Prebisch e Furtado comungam do mesmo diagnóstico. Os textos seminais desses dois pensadores alicerçam várias outras análises de outros estudiosos.

A modelagem do Sistema Internacional (SI) do pós-Segunda Guerra Mundial (2ª GM) recebeu superlativa contribuição dos Estados Unidos da América (EUA), que emergiram do grande conflito como potência extraordinária. A então novel Organização das Nações Unidas (ONU) foi instalada naquele país. E a conhecida Carta de São Francisco, de 26 de junho de 1945, teve o seu original depositado nos arquivos do governo estadunidense, como está no artigo 111 daquele documento. Do seu Prólogo (STOESSINGER, 1975, p. 599) podemos saber que se determina “promover o progresso social e elevar os padrões de vida em mais ampla liberdade”, e, para esse fim, “empregar o maquinismo internacional para promover o avanço econômico e social de todos os povos”. Para a América Latina (AL) a Organização

instituiu a CEPAL. Essa incorpora atribuições importantes, como a de contribuir com o desenvolvimento econômico da AL, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção, e reforçar as relações econômicas dos países entre si e as demais nações do mundo. Mais tarde, ela passou a promover também o desenvolvimento social. É uma das cinco comissões econômicas regionais.

Com o advento da chamada Guerra Fria (GF), em 1949, o SI passou a ser bipolar: EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Mas esse dispositivo dual não abrangia, necessariamente, uma parte dos Estados-nação. Um sintoma foi a Conferência de Bandung, na Indonésia, em abril de 1954, a qual atenderam 29 Estados-nação asiáticos e africanos. Condenaram-se ali todas as formas de colonialismo, inclusive o soviético (STOESSINGER, 1975, p. 134). Dentre os participantes estava a República Popular da China (RPC), que mantinha, à época, estreitos laços com a URSS, mas traçava os seus próprios caminhos sob a liderança de Mao Tsé-tung. No caso da AL, e, assim, do Brasil, observava-se a influência dos EUA, líder do bloco ocidental. Mas a heterogeneidade desse bloco, em especial no campo econômico, suscitou nos pesquisadores latino-americanos a busca das possíveis causas das assimetrias mencionadas acima. Isto é, buscava-se identificar os fatores determinantes da defasagem entre os desenvolvidos (centro) e os subdesenvolvidos (periferia).

Pode-se afirmar que ao longo dos anos 50 e 60 do século XX, Brasil e RPC não dialogaram, em face de realidades distintas. No nosso país, a análise da assimetria da díade centro-periferia verificava que o capitalismo se desenvolvia desigualmente. Mesmo com iniciativas para dotar o País de indústrias, o almejado progresso técnico decorrente não conseguia reduzir o *gap* em relação aos países centrais. Isto é, os produtos industriais brasileiros tinham nível inferior aos fabricados nos países centrais. Na RPC, a iniciativa governamental naquelas décadas respondeu a uma visão de mundo completamente diferente. Sob a liderança de Mao Tsé-tung, os chineses procuraram afirmar a sua revolução por meio de uma transformação agrária e de uma modernização industrial com o auxílio, nem sempre possível, da URSS. Não sem frustrações, como está registrado no experimento do Grande Salto para Diante no final da década de 50 e início dos 60; e na Revolução Cultural a tentar fraturar a tradicional estrutura social confucionista.

Mas foi na década de 70 do século XX que o Brasil atinge relações diplomáticas com a RPC. Do lado brasileiro, à época, a iniciativa poderia ser percebida como insólita, dado que, além de ainda se estar na GF, o nosso país tinha governos militares, teoricamente avessos ao diálogo

com nações que adotavam o sistema político de partido-Estado. Porém, deve-se considerar que a RPC passou a dialogar no SI consoante novo *status*, em sintonia com a aproximação sino-norte-americana. A incorporação plena da RPC ao SI afetou a importância da bipolaridade, na medida em que a ela substituiu Taiwan – ou República da China – não só na ONU, mas a RPC tornou-se membro permanente do Conselho de Segurança (CS) da Organização. Ao lado dos EUA, da URSS, do Reino Unido e da França, a RPC já dispunha do armamento nuclear desde 1964. Isto é, apesar de ser ainda um país com vasta população considerada abaixo da linha da pobreza, a elevada prioridade do Partido Comunista Chinês (PCC) atribuída ao progresso técnico permitiu à RPC desenvolver sofisticada tecnologia que a permitiu obter conhecimento sobre energia nuclear. Evidentemente, esse conhecimento não se cingiu à fabricação do armamento nuclear, mas a ramos de utilização civil desse tipo de energia.

O progresso técnico perpassa a literatura cepalina. Pode-se mesmo afirmar que ele se constitui na pedra angular das discussões apresentadas nos textos de variados pesquisadores, como, por exemplo, em Mello (2009, p. 16). Os estudiosos se debruçaram sobre temas distintos, como as formas de industrialização dos países latino-americanos, as relações dos setores primário exportador com o industrial, a distribuição de renda nos países, comércio internacional e, mais recentemente, a equidade no acesso das populações aos bens gerados pela economia. Mas a inovação, como densidade qualitativa do progresso técnico, parece ainda ser um desafio superlativo para que os países da AL possam competir no SI. Isto é, os Estados-nação latino-americanos continuam a ser periferia, posto que haja distinções entre eles. No caso brasileiro, por exemplo, o setor industrial compreende significativo número de transnacionais estrangeiras a deter e disseminar as inovações; e as empresas brasileiras continuam a experimentar dificuldades de inovar, e de, assim, estarem aptas a competir no mercado internacional. Já o setor agropecuário alcançou posição de destaque entre os produtores de alimentos. Afirma-se que, em larga medida, tal posição foi alcançada mercê de pesquisas que se iniciaram, de forma sistemática, nos anos 70 do século passado, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

A RPC hoje disputa liderança em diferentes ambientes do SI. No econômico, tem conseguido elevadas taxas de crescimento há 35 anos. É detentora de conhecimento que não a limita a simples copiadora dos produtos originários do exterior; inova e desafia os concorrentes; alcançou progresso técnico que se espalha por vários segmentos fabris; conecta os laboratórios

das suas instituições, inclusive os das suas universidades, com as indústrias e inunda os mercados interno e do exterior com produtos competitivos. Quais teriam sido as variáveis que suscitaram à RPC alcançar esse progresso técnico, via inovação, que não estão presentes no Brasil? Que motivações impulsionam o PCCh a aprofundar a presença chinesa nos diferentes continentes, inclusive no Brasil? Dadas as diferentes dimensões dessa presença chinesa, como posicionar a RPC na díade centro-periferia? E, assim, como situar as relações econômicas sino-brasileiras nessa díade?

O artigo tem, pois, como objeto as relações econômicas sino-brasileiras no recorte temporal de 1974 até o fim do primeiro quadrimestre de 2016. Para tanto, buscará alcançar o objetivo geral de apresentar, em perspectiva, uma ótica cepalina dos níveis econômicos brasileiro e chinês no período. Para obter esse objetivo geral, buscar-se-á conseguir, como objetivos específicos, identificar e analisar as participações brasileira e chinesa no ambiente de ciência e tecnologia (C&T) que ajudem a explicar as relações entre Brasil e RPC; analisar sucintamente os desenvolvimentos econômicos brasileiro e chinês no período adotado no artigo; e qualificar a evolução do diálogo sino-brasileiro no período de tempo do recorte, bem como as trocas comerciais nos primeiros cinco meses de 2016. Espera-se, com isso, trazer a lume a comparação dos resultados conquistados pelos dois Estados. O texto apresentará: uma síntese dos principais pontos que caracterizam os períodos estruturalista e neoestruturalista da CEPAL; a evolução brasileira consoante esses pontos principais, dentro do recorte temporal adotado; a evolução da RPC nesse recorte; as relações sino-brasileiras e o diálogo comercial recente, encerrando-se com as considerações finais.

2. A CEPAL e as fases estruturalista e neoestruturalista

A fase estruturalista cepalina perpassa as décadas de 50 a 80 do século passado. O legado dessa fase repousa no método histórico-estrutural para analisar o subdesenvolvimento periférico da AL. A percepção de haver uma relação desigual entre os países desenvolvidos, ou centrais e os periféricos sugeria, nos anos 50, ser necessária a adoção de uma política de Estado voltada para a substituição de importações (BIELCHOWSKY, 2000). Tal política implicaria se planejar e implantar um setor industrial que pudesse superar a robusta estrutura de propriedade de latifúndios voltada para a exportação de bens primários. Mas seria necessário também fortalecer o mercado interno. Contudo, os recursos necessários para dar

curso a tal política foram, em larga medida, obtidos no exterior; e as plantas industriais foram instaladas seguindo concepções estrangeiras, ao longo daquela década. No decênio seguinte, anos 60, o que se verificou é que o processo de industrialização, até então, não apresentava redução da assimetria produtiva e, logo, da dependência na díade centro-periferia. A heterogeneidade estrutural nos Estados latino-americanos frente aos Estados centrais desafiava os estudiosos. A discussão recaiu sobre a necessidade da redistribuição de renda e da adequação institucional do Estado, de modo a que esse pudesse ter peso específico marcante nas decisões econômicas para promover os investimentos. Porém, no tocante à distribuição de renda, Prebisch (2000, p.455) recomendava que “não se trata de retirar a renda da minoria superior para distribuí-la, pura e simplesmente, às massas populares, pois, uma vez que a renda pessoal *per capita* no conjunto da América Latina atinge apenas 370 dólares”.

A década de 70 trouxe novos desafios. Para muitos Estados periféricos, as crises do petróleo foram fonte de erosão financeira, em face dos recursos empregados para a importação de óleo. Simultaneamente, os países da A.L. incorporaram duas agendas: a luta pela redemocratização; e o início da discussão – ainda que superficial – dos temas referentes a meio ambiente¹. Na economia, o abandono da relação US\$ 35/onça ouro, pelos EUA, acrescentou uma nova variável às dificuldades sentidas pelos Estados latino-americanos.

Na década de 80, muitos Estados latino-americanos tiveram que se debruçar sobre as questões ligadas às dívidas externas. A sua renegociação e as agruras inflacionárias preocuparam os diferentes governos. Os estruturalistas cepalinos se voltaram para o longo prazo da tríade dívida externa/inflação/ajuste. Eles defendiam que o ajuste deveria ocorrer em compasso com o investimento, o crescimento, e a diversificação das exportações; isto é, a renegociação da dívida deveria ser compatível com o crescimento. De acordo com Rodriguez et al (1995), a década de 80 foi considerada perdida, pois se tinha: graves desequilíbrios macroeconômicos e dificuldades para superá-los; descompasso entre o perfil da demanda internacional e a pauta das exportações latino-americanas; atraso tecnológico; e aumento de desemprego. Mas o final da década ofereceu uma novidade: a dissolução da URSS, em 1989.

¹ Dois acontecimentos foram marcantes nas preocupações da CEPAL: reunião do chamado Clube de Roma, em 1968; e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, junho de 1972, em Estocolmo.

Assim, na década de 90, surge o trabalho da CEPAL intitulado *Transformación Productiva con Equidad*, documento que elege como objetivos específicos (CEPAL, 1996, p. 85) àquela década:

1 – Vinculação entre os mercados interno e externo: transformação produtiva orientada pelos critérios de competitividade autêntica e equidade; respaldada pela incorporação do progresso técnico e elevação da produtividade; tarefa conjunta pública e privada determinante para a competitividade internacional e fortalecimento do Sistema Nacional de Inovação.

2 – Articulação do setor produtivo: reorientação da indústria para o mercado externo, favorecendo crescentemente as vinculações anteriores e posteriores com os setores de recursos naturais. Inovações importantes em matéria de gestão da infraestrutura física com prioridade para a manutenção e novas obras vinculadas à reorientação produtiva do setor industrial. Ênfase nas telecomunicações. Apoio aos serviços requeridos pela crescente inserção internacional do aparato produtivo.

3 – Interação entre os agentes públicos e privados: fomento da competitividade autêntica e da equidade. Definição precisa das áreas sujeitas à regulamentação pública e de outras em que prevalece o mecanismo de mercado. Excelência institucional nas áreas de intervenção seletiva. Responsabilidade pública central na supervisão dos resultados da ação do mercado. Concordância estratégica e transparente entre o Estado e o setor empresarial e dos seus respectivos papéis.

Há aspectos novos, como se lê: a palavra “equidade”, em si mesma, introduz uma preocupação não identificada nas décadas anteriores. Remete-se à defesa de princípios imutáveis de justiça; e de reconhecer igualmente o direito de cada um. Lembra as reflexões de Rawls em *Uma Teoria de Justiça* (1999), cujo primeiro capítulo é justamente *Justiça como Equidade – Justice as Fairness*. Há outros pontos objetivos como novidade: a busca por equilíbrios macroeconômicos em curto e longo prazos; a melhor eficiência das estruturas produtivas, na medida em que se exige do setor público atenção com os mercados; e o próprio papel do empresário no desenvolvimento. E é aqui que pesquisadores identificam generosas cedências do pensamento cepalino ao mercado. E passou-se a referir à Nova CEPAL como neoestruturalista. Acolhe preocupações ambientais, e, reconheça-se, há subjacente ao neoestruturalismo da Nova CEPAL uma crítica à crença nas superlativas virtudes do mercado. Os anos 90 foram de desafios de outro diapasão. O SI foi reconfigurado com o fim da

bipolaridade (1989) e fugaz unipolaridade norte-americana, pelo menos no plano militar. O desmonte da URSS desafiou e provocou o pensamento cepalino, pois a economia era administrada por meio de pequeno oligopólio: EUA, Japão, e Alemanha; e a RPC insinuava-se como um potencial polo. Na esteira da “nova era”, os EUA propunham um consenso, o Consenso de Washington, cunhado por John Williamson em 1990, e composto de dez reformas econômicas (BIRDSALL; TORRE; MENEZES, 2001, p. 4-5). Na AL tal Consenso causou, *et pour cause*, um contencioso, na medida em que ele recomendava que os Estados latino-americanos superassem o mau sucesso dos anos 80 por meio das reformas, dentre elas: privatizações, reformas fiscais, desregulamentações, direitos de propriedade, abertura comercial, e neutralização de subsídios.

3. Uma leitura cepalina do Brasil

É certo que um processo de industrialização insipiente e localizado pode ser identificado nas primeiras décadas do século XX no Brasil. Havia plantas industriais em São Paulo que atendiam o diminuto mercado brasileiro de então. Afinal, o nosso país ainda era fundamente agrário, com forte participação do café na economia nacional, como analisa Furtado (2009, p. 257-277). Naquele início de século, em 1917 e no ano seguinte, houve greves operárias no Brasil (ASSUNÇÃO, p. 35). Mas foi na década de 50 que a industrialização se disseminou, com a vinda da indústria automobilística assentada na região metropolitana de São Paulo, durante o governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK). Planejava-se substituir a importação de veículos pela produção nacional e atender à demanda interna. Concebeu-se ainda o Plano de Metas, a contemplar as indústrias farmacêutica, elétrica, química e de máquinas. E foi, de fato, geradora de empregos especializados e compradora de insumos industriais de origem nacionais. Reconheça-se, contudo, que foi um processo calcado no capital externo e na tecnologia estrangeira, em face da magnitude dos investimentos exigidos.

Nos anos 60 o nosso país experimentou dissonâncias no campo político; e alteração no campo das profissões, em face da facilitação proporcionada por técnicas novas e diferentes materiais. Houve também um deslocamento de parcela da mão-de-obra para o novel setor de serviços. As pressões de ordem política decorrentes de 1964 derivaram da reforma administrativa de 1967. A reforma tinha por objetivo superar a inelástica burocracia nacional. Contudo, na leitura de Pereira (2001, p. 240), distorções provocadas pela reforma afastaram-na de um

regime burocrático baseado na meritocracia e enfraqueceram o núcleo estratégico do Estado. Quanto à recomendação cepalina de distribuição de renda, não pode ser realizada a contento.

Nos anos 70, as sugestões cepalinas ajudam a explicar o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) do governo Geisel, a qual recomendava a substituição de importações. Esta era já uma sugestão cepalina que vinha dos anos 50; mas o II PND visava também o incremento das exportações industriais, agenda importante nos anos 70 na CEPAL. Um dos esforços brasileiros mais exitosos daquela ocasião foi o conhecido Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL). O projeto permitiu o desenvolvimento de tecnologia adequada à utilização do álcool nacional de cana de açúcar como alternativa à gasolina nos motores de combustão interna do ciclo Otto. A meta era a substituição do petróleo importado de elevado custo pela cana de açúcar transformada em álcool combustível. As pesquisas exitosas da EMBRAPA foram fundamentais para tal intento, aliadas ao desenvolvimento de novas ligas metálicas resistentes ao desgaste nos componentes internos dos motores a gasolina provocado pelo novo combustível. O mérito desse progresso técnico pioneiro repousava, com efeito, na inovação.

É certo que industrialização brasileira tinha deslanchado na segunda metade dos anos 50, especialmente no governo JK. O fulcro dessa industrialização situou-se no ramo automobilístico, com a fixação de montadoras estrangeiras na região metropolitana de São Paulo. Ela foi, de fato, geradora de empregos especializados e compradora de insumos industriais de origem nacionais, na medida em que essas iam se qualificando. Reconheça-se, contudo, que foi um processo exógeno, ou seja, calcado no capital externo e na tecnologia estrangeira. Até hoje não houve entusiasmo para o surgimento de montadoras brasileiras de veículos competitivas, que pudessem atender ao mercado doméstico e disputar mercados no exterior. Em larga medida, o progresso técnico na indústria nacional tem sido caudatária das estratégias das transnacionais estrangeiras. A honrosa exceção está na indústria aeronáutica, com destaque para a Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER) que surgiu estatal no final dos anos 60 e privatizada nos 90. O progresso técnico traduzido pela inovação na Empresa tem permitido que as aeronaves produzidas ali alcance aceitação no exterior.

Vale citar também o progresso técnico obtido no âmbito da indústria do petróleo promovido pela empresa Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima (PETROBRÁS). As soluções obtidas para a extração de óleo no mar (*off shore*) têm exigido inovação e são fruto de parceria com institutos universitários. Mas o diálogo permanente do setor industrial brasileiro com a

pesquisa oriunda de universidades ainda pode ser visto como exceção no Brasil. Também, na citada EMBRAER a mão-de-obra altamente qualificada é, quase exclusivamente, formada no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), estabelecimento de ensino estatal de ponta. Deve-se reconhecer que essas experiências exitosas não motivaram amplamente o setor industrial como um todo, de modo que houvesse um *spill over* para todos os ramos do setor secundário da economia nacional. A multiplicação de iniciativas como essas poderia beneficiar a geração de postos de trabalho mais bem remunerados e, assim, contribuir para a distribuição de renda, uma das caras recomendações da CEPAL.

A partir dos anos 70 o Brasil obteve de investimentos diretos do exterior (IDE), em 1978, US\$ 2,18 bi e, em 1993, algo em torno de US\$ 2 bi. Observou-se um máximo de US\$ 2,80 em 1988 (DEVAI; COSTA, 2013). O produto interno bruto (PIB) variou de US\$ 155,6 bi, em 1978, para US\$ 406,9 bi, em 1993, segundo Kushnirs (2015). Com relação aos investimentos em C&T, em 1981, segundo Rodrigues; Barbosa e Neto (2004), foi de US\$ 1,22 bi (considerando-se despesas pública e empresarial) e, em 1993, US\$ 2,3 bi, segundo Machado (2004). Os números mostram que o Brasil duplicou os seus dispêndios em C&T entre 1981 e 1993, mas, em percentual do PIB houve retração, isto é, de 0,78% para 0,57%. Ajuda a explicar o fato de que a década de 80 foi de fortes constrangimentos na economia brasileira, em especial a crise do endividamento externo e a aceleração do processo inflacionário.

Ora, o pensamento cepalino estruturalista na década de 70 sugeria que os parques industriais dos países da AL engajassem no esforço da exportação. Contudo, os candidatos à moderna industrialização não tinham mais as mesmas oportunidades de alcançarem o *catching-up*² aproveitado pelo Japão, República da Coréia (Coréia do Sul) e pela ilha de Taiwan (para Pequim, uma província rebelde). Por outro lado, tal pensamento apontava também para as dificuldades da inserção internacional da periferia latino-americana decorrentes das variáveis estruturais internas que contribuía negativamente para o crescimento via progresso técnico. Além dessas variáveis estruturais, as ações do Estado brasileiro eram desafiadas pelas crises dos anos 70 que limitavam severamente os recursos domésticos que pudessem contribuir para o desenvolvimento. O País buscou recursos no exterior, com endividamento.

² Podemos traduzir como “emparelhamento”.

Os anos 80 foram, para o Brasil, de busca determinada por acordos com credores estrangeiros. O nosso país debateu-se com a administração da dívida externa, com estagnação econômica e inflação sempre elevada que foram “rompendo lentamente os mecanismos básicos de reprodução da sociedade, a mobilidade social e a ampliação continuada do consumo moderno” (MELLO; NOVAIS, 2009, p. 96). No campo político, foi a década da redemocratização e da entrada em vigor de uma nova Constituição. Ela apontou caminhos nas diferentes dimensões da vida nacional, assim como ofereceu referências institucionais para a economia brasileira. Mas foi a década do incremento pouco controlado da inflação, a angustiar a população, especialmente o seu segmento de menor poder aquisitivo.

A última década do milênio passado, no Brasil, foi de combate exitoso contra a inflação, com a operacionalização do Plano Real. Seguindo a tendência da época, a Secretaria de Administração Federal da Presidência da República (SAF) foi transformada em Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). Segundo Pereira (2001, p. 249), para a reforma gerencial em 1995 foram adotadas “três dimensões: uma institucional, outra cultural e, uma terceira, de gestão. No trabalho que eu e minha equipe realizamos no MARE, demos prioridade para a mudança institucional, já que uma reforma é antes de mais nada uma mudança de instituições”. Houve sintonia do gerenciamento da economia brasileira com os “novos tempos” observados na economia internacional. Houve, assim, reformas e privatizações e fim dos monopólios estatais nas telecomunicações, mudança no tratamento do capital estrangeiro para incentivar a concorrência e internacionalização da economia. Um dos fatores que desafiaram o setor produtivo nacional como um todo foi a paridade US\$/Real observada entre 1994-1998; mas um dos elementos que contribuíram para modificar a paridade foi a crise econômica asiática de 1998.

A economia brasileira entre 1993 e 1998 apresentou incremento. O seu PIB, a preços de 1970, cresceu de US\$ 406,9 bi para US\$ 853,8 bi, conforme Kushnir (op. cit.). Já no IDE, de US\$ 2,0 bi para US\$ 28,85 bi no fluxo; e de US\$ 61,0 bi para US\$ 99,5 bi no estoque, de acordo com Devai e Costa (op. cit.). No período, as despesas com C&T variaram de US\$ 2,3 bi, de acordo com Machado (op. cit.), para US\$ 2,5, ou seja, praticamente não se alterou em valores absolutos, mas decresceu percentualmente ao PIB de 0,575 para 0,29%. Após 1998, em face da crise asiática, o Brasil promoveu desvalorização da sua moeda e o PIB sofreu retração, só se voltando ao nível de 1998 em 2005, quando atingiu US\$ 892,1 bi a preços correntes de 1970. Apesar disso, houve esforço para o apoio em C&T, com aporte de US\$ 5,0 bi para US\$

13,6 bi entre 1998 e 2005 (GALEANO, 2010; MOSER; THEIS, 2014), alcançando em 2005 o percentual de 1,53%. Desde 1993, podem ser reconhecidos alguns avanços aplicados à fabricação de aeronaves pela EMBRAER, pelo domínio da tecnologia de extração de petróleo em águas profundas (especialmente na camada do pré-sal) e novas conquistas pela EMBRAPA. Mas são instituições já consagradas pelo êxito nas décadas anteriores, como já citadas, ou seja, pelo arrastamento tecnológico consequente dos êxitos obtidos nas décadas anteriores. Não apareceram novas empresas a obter progresso técnico e conquista de espaço no exterior graças aos produtos gerados pelas pesquisas.

4. Uma leitura da República Popular da China.

Na década em que houve o estabelecimento das relações diplomáticas sino-brasileiras, após a morte de Mao Tsé-tung, em 1976, instalou-se uma disputa pela sucessão, até a ascensão de Deng Xiaoping. Em 1978, esse fez aprovar o plano estratégico das quatro modernizações: agricultura, C&T, defesa e indústria. Essas modernizações constituíram as molas propulsoras do superlativo desenvolvimento chinês que ainda hoje é testemunhado. A proposta de Deng Xiaoping no final da década dos 70 rompeu com premissas operacionais da política maoísta. Na agricultura, aboliu as comunas agrárias, retornando aos “sistemas de responsabilidade”, isto é, a concessão do Estado – proprietário de toda a terra do território chinês – às famílias de agricultores. O que a liderança buscava, na ocasião, era aumentar a oferta de alimentos. Os contratos firmados entre o Estado chinês e as famílias permitiam a essas ter direitos de exploração sobre os módulos. Segundo Gipouloux (2005, p. 64), no início da década de 1980 cada lavrador cultivava 0,29 hectares (ha) de terra arável. Por meio desse sistema, as famílias rurais tiveram a permissão para vender no mercado o excedente da produção destinada ao Estado. Tal iniciativa ensejou aumento da produção no campo: 11,2% ao ano entre 1978 e 1984 contra 3,2% no período de 1953 a 1978, em média (GIPOULOUX, 2005, p. 22).

A iniciativa foi importante para a segurança alimentar chinesa. Mas, dado o padrão dos módulos agrários cultivados pelas famílias, o espaço seria insuficiente na medida em que elas iam crescendo. Para evitar o abandono do campo pelas novas gerações e motivasse a migração para as grandes cidades, o governo central fez construir vilas e aldeias próximas às áreas de cultivo; nelas foram instaladas pequenas empresas a absorver a mão-de-obra excedente no campo. Eram as empresas de vilas e aldeias (EVA). Mas as pessoas empregadas

nessas empresas continuavam a residir no campo. A mobilidade na RPC era limitada desde a época de Mao Tsé-tung por meio do hukou. Trata-se de uma licença de residência por meio da qual cada pessoa liga-se a um lugar para efeito de controle de mobilidade. O direito de ir e vir entre as cidades e regiões depende, até hoje, de autorização governamental. Essas iniciativas evitaram a rápida migração que, no Brasil, foi responsável pelo desordenado crescimento das cidades e geradora de favelização.

A modernização industrial promovida pelo grupo de Deng Xiaoping pode ser resumida em dois períodos: 1978 a 1993; e 1993 aos nossos dias. No início do primeiro período citado, 1978, as empresas estatais respondiam por 77% da produção industrial. A produção restante era de 14% das “empresas coletivas” de trabalhadores, mas controladas pelos governos locais; e 9% correspondiam a pequenas indústrias localizadas nas EVA (NAUGHTON, 2007, p. 299). Nesse início, foram implantadas as Zonas Econômicas Especiais (ZEE), destinadas a atrair os investidores da diáspora chinesa espalhados pelo mundo, especialmente da Ásia, e estrangeiros. Posteriormente, as ZEE foram ampliadas em quantidade para toda a faixa litorânea. No período 1978-1993, o governo em Pequim procurou descentralizar o planejamento, transferindo-os para as províncias, com o propósito de melhor equilibrar e agilizar as iniciativas estatais.

Não só a modernização industrial, mas a agrícola e a da defesa foram acompanhadas da modernização em C&T. Já em 1978, Deng convocou uma Conferência Nacional de Ciência, ocasião na qual ele sustentou que essa modernização seria o apoio das outras três (OLIVEIRA, 2005, p. 33; NAUGHTON, 2007, p. 352). Para tanto, procurou-se reforçar a meritocracia da Academia Chinesa de Ciências e reforçá-la numericamente, em face da consequência danosa da Revolução Cultural (1966-1976) que ainda era sentida. O governo de Pequim promoveu a tecnologia doméstica simultaneamente à abertura aos IDE, aproveitando as ZEE. Entre 1978 e 1993, o IDE chinês cresceu de uma base incipiente para US\$ 30 bilhões (bi); o PIB cresceu, no mesmo período, de US\$ 141,06 bi para cerca de US\$ 1,9 trilhões (tri), consoante paridade do poder de compra (PPP), conforme Morrison (2015). Em 1978, o dispêndio em C&T correspondeu a 5,6% do total de despesas governamentais de, aproximadamente, 122 bilhões de Yuan (Y). Em 1993, esse percentual havia caído para 4,86%, mas para dispêndio total do governo de Y464,23 bi³. Porém os recursos para C&T mantiveram o mesmo valor em dólares norte-americanos nesse período. (SHUJIE, 2006).

³ A relação era de 1,68Y/US\$, em 1978; e de 5,76Y/US\$, em 1993, de acordo com a China Current Exchange Rates.

Em contraste, a RPC aprofundou o seu modelo pela mobilização da mão-de-obra treinada nas atividades industriais de cópia dos produtos estrangeiros fabricados nas ZEE. A modernização em C&T foi a base para as outras três; mas sem os constrangimentos sentidos pelo Brasil. No caso da RPC, vimos que a constituição das EVA e o hukou inibiram a migração campocidade. Quanto ao crescimento populacional, histórica preocupação dos dirigentes chineses, foi implantada a política do filho único. Mas também houve outros problemas. Em 1988-1989 os chineses começaram a se incomodar com a inflação elevada, ressentimento com a corrupção e privilégios arbitrários, e elevação da expectativa de mudanças políticas e econômicas. Esses fatores ajudam a explicar os eventos repressivos na Praça da Paz Celestial nos dias 3 e 4 de junho de 1989. Na RPC, o experimento na absorção das práticas da economia capitalista nas ZEE logo nos primeiros anos, entusiasmou os dirigentes a adotarem, em 1984, quatorze “cidades abertas” na costa, destinadas a serem Zonas de Desenvolvimento Econômicas e Tecnológicas (ZDET). O experimento envolveu, nessa fase, cerca de 160 milhões de pessoas (NAUGHTON, 2007, p. 409).

A RPC, na década de 90, promoveu importante mudança na economia. Uma delas foi nova centralização dos recursos fiscais, austeridade macroeconômica, unificação do sistema tributário, privatização de pequenas e médias empresas estatais – o governo manteve as grandes. Foi dado a conhecer que estava inaugurada a “economia socialista de mercado”, isto é, o mundo empresarial público e privado passava a ser responsável pelas decisões gerenciais das suas firmas em competição. Mas o sistema político permanecia de partido-Estado. Seria provável haver perdas sem a interferência governamental ou a sua ajuda. Uma das derivadas foi a redução de funcionários das empresas estatais, como mostram Nolan (2001, p. 18-20) e Naughton (2007, p. 106). As reformas contribuíram eficazmente para o controle da inflação por volta de 1996. E acirraram a competição entre as empresas, inclusive entre as estatais. Ajuda a explicar a procura que encetaram pelo mercado externo. Para tanto, tiveram que se preparar para oferecer produtos competitivos no exterior, não só em preços, mas em qualidade.

Após a adoção da economia socialista de mercado, com as reformas econômicas realizadas, a RPC experimentou um aumento da arrecadação que chegou a um mínimo de 12% do PIB (NAUGHTON, p. 102) em 1993-1994. O mesmo comportamento foi observado na destinação de recursos para C&T, como mostra Naughton (op. cit., p. 355): de US\$ 4 bi, aumentou para US\$ 25 bi em 2005, para um PIB naquele ano de US\$ 2,29 tri e IDE de US\$ 78 bi. Os valores

criaram ao longo da primeira década do milênio, pois, em 2010, para um PIB de US\$ 6,174 tri, o investimento em C&T foi de US\$ 45 bi, um valor importante (GURUSWAMY; SINGH, 2010, p. 29). Porém, observa-se redução percentual em relação ao PIB de 1,1% para 0,73%. Se nos primeiros anos do experimento, década de 80, a RPC destinava uma parte dos recursos em C&T para importação de tecnologia e para implantação de projetos fabris, nos anos 2000 os recursos se destinaram majoritariamente a contratos sobre propriedade intelectual, com o propósito de desenvolver projetos domésticos de variadas finalidades. Um caso emblemático foi o da empresa de informática Lenovo – inicialmente chamada Legend – que foi gestada na Academia Chinesa de Ciências em 1984.

Um fato importante para a RPC foi a sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001. O aumento da pauta comercial, compartilhado praticamente com todo o globo, permitiu à RPC colocar os produtos *Made in China* nos diferentes pontos, fossem manufaturas ou componentes delas. A *Aviation Industries of China* (AVIC) vem obtendo sucesso na realização de projetos aeronáuticos para fins civis, associada a empresas estrangeiras, em particular à EMBRAER e à canadense Bombardier; e militares. Atualmente, as plataformas aéreas militares desenvolvidas na RPC praticamente prescindem da assessoria russa. A indústria chinesa de aviação serve de base para a aeroespacial, que tem tido bom sucesso nos projetos de veículos lançadores de satélite (VLS), usados inclusive pelo Brasil, consoante o acordo *China-Brazil Earth Resources Satellite* (CBERS). Trata-se de um acordo importante para ambos os Estados, porque esses satélites têm órbita não estacionária, permitindo utilizá-los para identificação de desmatamentos e auxílio meteorológico, por exemplo, a iluminar setores escolhidos da superfície terrestre.

5. As relações sino-brasileiras e o diálogo comercial recente

Os primeiros contatos brasileiros com o então Império do Meio ocorreram ainda no século XIX. Em 1814, o Conde de Linhares já tinha mandado trazer cerca de trezentos chineses para o cultivo de chá no Rio de Janeiro (LEITE, 1999). Ao longo da segunda metade do século XIX, surgiram leis que foram sendo aprovadas pelo parlamento do Império do Brasil, como a Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871, que decretara a liberdade do ventre da escrava, e a Lei dos Sexagenários, de 1885 (SALLES, 2009, p. 41-42). Para reduzir o impacto econômico decorrente dessas leis na agricultura brasileira, uma das providências do governo da Corte, à

época, foi a constituição de uma Missão Extraordinária, em 1879, para viajar à China, na tentativa de estabelecer com as autoridades locais um fluxo migratório para o Brasil. Pretendia-se, então, substituir a mão-de-obra cativa pelos chineses na economia agrária. Os membros da comissão embarcaram na corveta brasileira Vital de Oliveira no porto de Lisboa com destino a Hong Kong; mas as negociações não prosperaram (HISTÓRIA NAVAL BRASILEIRA, 2001).

No início do século XX, o Brasil manteve uma representação em Pequim, composta de pequeno número de diplomatas (MOSER;MOSER, 1993). E os chineses, reciprocamente, tinham a sua representação no Rio de Janeiro (MOURA, 2011, p. 9). Mas, com a inauguração da República Popular, em 1º de outubro de 1949, o nosso país instalou a sua representação em Taipé, na ilha de Taiwan. Somente em 15 de agosto de 1974 foram estabelecidas as relações diplomáticas plenas entre o Brasil e a RPC, com a troca dos seus embaixadores. Embora o mundo ainda experimentasse a bipolaridade política e estratégica na GF, o governo brasileiro de Ernesto Geisel inaugurou, na política externa, o conceito do “pragmatismo responsável”, concebido pelo chanceler Antônio F. Azeredo da Silveira. A expressão significava operar no cenário externo consoante a realidade internacional como ela se apresentava, e era responsável por se pautar na ética nas relações, além de se orientar por uma perspectiva ecumênica, isto é, sem discriminar nenhum Estado (OLIVEIRA, 2005, p. 149). As relações assim inauguradas, portanto, ajustava-se ao conceito.

Como já se pode verificar, o desenvolvimento do progresso técnico via inovação vem atingindo diferentes propósitos no Brasil e na RPC. Nos últimos quinze anos o nosso país vem aumentando as suas safras agrícolas e melhorando os seus produtos agropecuários, mercê das pesquisas das universidades e, principalmente, da EMBRAPA. Por outro lado, em face das características da nossa economia nos anos 90 somadas à atratividade do mercado chinês para mercados agropecuários, alerta-se para a “primarização” da economia brasileira. Com efeito, a RPC, posto que seja uma robusta produtora de cereais, não consegue atender plenamente o mercado interno de alimentos, necessitando importá-los. O mesmo se verifica no campo da energia, onde a RPC tem de buscar petróleo e gás no exterior para somar-se à produção doméstica. E, ainda, necessita importar minério de ferro. Esses pontos constituem preocupações para o governo de Pequim. Mesmo porque, no recorte temporal adotado neste artigo, o aumento da renda da população chinesa gerou não somente aumento do consumo de alimentos, inclusive de proteínas, mas diversificação de produtos, como ressaltam Gipouloux

(op. cit., p. 216) e Naughton (op. cit. p.140). As tabelas 1 e 2, abaixo, ilustram a afirmação sobre a redução da pauta exportadora brasileira para a RPC a produtos primários. Ambos os quadros referem-se ao período de janeiro a maio de 2016.

Tabela 1 – Exportações brasileiras para a RPC.

PRODUTO	MILHÕES DE US\$	MILHARES DE TONELADAS	PARTICIPAÇÃO %, EM US\$, NAS EXPORTAÇÕES
Soja em grão	8388	23.665	63,2
Minério de ferro	2308	80.729	17,4
Petróleo	1260	6.252	9,5
Pastas de madeira	683	1.652	5,1
Carne de aves	346	202	2,6
Carne bovina	298	71	2,3
TOTAL	13283	112.571	100

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Tabela 2 – Importações brasileiras da RPC.

PRODUTO	MILHÕES DE US\$	QUANT. (10 MIL)	PARTICIPAÇÃO %, EM US\$, NAS IMPORTAÇÕES
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos e	2.464	1.188.276	37,8

suas partes			
Máquinas e instrumentos mecânicos e suas partes	1.615	27.792	24,8
Aparelhos elétricos para telefonia	804	2.852	12,3
Produtos químicos orgânicos	766	X	11,8
Embarcações e estruturas flutuantes	622	0,4	9,6
Partes para rádio e TV	243	373	3,7
TOTAL	6.514	1.219.293,4	100

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Considerações Finais

A sintonia dos propósitos da CEPAL com a Carta de São Francisco é decorrência lógica, na medida em que a Comissão é um dos órgãos da ONU. As suas recomendações e os estudos emanados delas têm ajudado os países da América Latina e do Caribe e, assim, o Brasil. As posições políticas do nosso país e da RPC durante a GF refletem as escolhas possíveis dos seus governos. Durante o período em que o SI era bipolar, o Brasil optou pelo chamado bloco ocidental. E as suas decisões foram decorrentes da sua posição nesse bloco, posto que heterogêneo. A RPC experimentava uma realidade revolucionária que sugeria outro caminho no xadrez mundial. As suas decisões não se atrelavam a qualquer dos dois blocos, embora nutrisse simpatia pela URSS por razões ideológicas. E a URSS ajudou a RPC na arrancada do seu progresso técnico.

O progresso técnico está ligado estreitamente à inovação; essa lhe confere densidade qualitativa. A presença da inovação no Brasil não tem a mesma latitude da que se verifica na

RPC. A sintonia fina entre as universidades chinesas e o seu parque industrial, isto é, empresas públicas e privadas, difere do diálogo das congêneres brasileiras com o mundo empresarial. Os chineses obtêm ganhos qualitativos que ajudam os seus produtos aproximarem-se da fronteira tecnológica. Das crises do petróleo dos anos 70 que afetaram o Brasil decorreram dois fenômenos: um positivo, que foi a inovação em combustível renovável para veículos do ciclo Otto em substituição à gasolina importada; outro negativo, que foi o endividamento externo, o qual impactou a nossa economia nos anos 80. Esse segundo fenômeno foi acompanhado de processo inflacionário a erodir as finanças públicas e pressionar severamente as empresas.

Na RPC, as modernizações se constituíram em cuidadoso avanço. A criação das ZEE e, em especial, das ZEDT também ajudam a explicar o controle sobre a implementação dos projetos de modernização dos chineses. E os IDE eram voltados prioritariamente para C&T. Diferentemente do Brasil, nos anos 80 a RPC tomava decisões tempestivamente, não a reboque dos eventos não controlados. Além dessa variável ausente no Brasil, a implantação das EVA como um “colchão regulador” da migração interna, permitiu ao governo do PCCh minimizar o efeito de favelização presente nas cidades brasileiras. É fato que não se poderia implantar no nosso país um controle de movimentação de pessoas, como o *hukou*. Mas as emergências a que esteve submetido o Brasil contribuíram para degradar as cidades. E no campo da C&T, os recursos tiveram que ser reduzidos.

O neoestruturalismo cepalino teve seus desdobramentos no Brasil nos anos 90. As reformas implementadas foram acompanhadas de privatizações e enxugamento do Estado por meio de reformas institucionais. A RPC também realizou as suas reformas em 1993, quando a liderança do PCCh reconheceu que a economia apresentava distorções, inclusive inflação. Contudo, foram reformas voltadas para o reordenamento do controle das estatais e da recentralização estatal. Embora essa escolha tenha redundado em menor percentual para C&T relativos ao PIB, dados os valores deste ao longo dos anos 2000 foi possível a alocação de montantes substantivos. O progresso técnico gerou produtos de confiança a competir nos mercados mundiais com bom sucesso. E a RPC detém tecnologia de ponta que lhe permite ombrear com as diferentes potências.

Dadas as necessidades de prover segurança alimentar à sua população, a RPC desdobra-se em obter elevadas safras e importar superlativas quantidades de alimentos. De seu lado, a indústria requer quantidade de combustível e minérios superiores aos que são produzidos

domesticamente. A busca por fornecedores alcançou o Brasil como importante produtor dos itens demandados na RPC. Assim, o nosso país vem contribuindo para garantir à RPC atender a sua demanda interna. Porém, a parceria sino-brasileira revela uma assimetria qualitativa que nos remete ao que se chama “primarização”. O setor industrial brasileiro sente-se inapetente para lançar-se no mercado externo em face da vigorosa presença chinesa. E perde mercados, apequenando-se. Diante da RPC, o Brasil distancia-se econômica e tecnologicamente. Fica-lhe periférico. E a RPC aproxima-se das potências, insinuando-se como igual. Isto é, torna-se centro.

O diálogo sino-brasileiro tem brilhante futuro; mas caberá aos brasileiros reposicionarem-se no concerto das nações. Certamente não serão escolhas fáceis. Mesmo porque as experiências brasileira e chinesa são bem distintas; e parece não comportar meras cópias, sejam materiais ou institucionais. Assim como fomos capazes de inovar, de fato, com o PROÁLCCOL e a EMBRAER nos anos 70, diante de dificuldades estratégicas, por que não poderíamos fazê-lo novamente? Cabe somente a nós decidir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUNÇÃO, Moacir. Breve contexto histórico e político de 1924 e os antecedentes do movimento. In: *São Paulo Deve Ser Destruída: a história do bombardeio à capital na revolta de 1924*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL – uma resenha. 2000. In: _____. *Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BIRDSALL, Nancy; TORRE, Augusto de la; MENEZES, Rachel. A new and overriding objective has emerged: to reduce poverty and improve equity without sacrificing growth. In: _____. *Washington Consensus: Economic policies for social equity in Latin America*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2001.

CHINABILITY. Renminbi (Chinese yuan) Exchange rates 1969-2001. Disponível em: <<http://www.chinability.com/Rmb.htm>>. Acesso em: 22 mai 2016.

COMISION ECONOMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE. *Transformacion Productiva com Equidad: la tarea prioritária del desarrollo de America Latina y el Caribe en los años noventa*. Santiago de Chile: CEPAL, 1996.

DEVAI, Orlando Cesar; COSTA, Armando João Dalla. *Investimento Direto Externo no Brasil no Processo de Desenvolvimento Econômico Brasileiro: uma análise do período de estabilidade inflacionário sem crescimento (1994-2003)*. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/sul/.../i26dde68ba816cac5c0126e012e025a80.doc>>. Acesso em: 10 mai 2016.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil: edição comemorativa: 50 anos*. In: FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p..

GALEANO. Edileuza Aparecida. *Determinantes do Crescimento Econômico desigual entre as Regiões Brasileiras: uma avaliação da produtividade, da inovação e do gap tecnológico nos anos 1990 e 2000*. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/reviexeco/article/download/.../3912>>. Acesso em: 30 abri 2016.

GIPOULOUX, François. *A China do Século XXI: uma nova superpotência?* Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

GURUSWAMY, Mohan; SINGH, Zorawar Daulet. *Chasing the Dragon: will India catch up with China?* Delhi: Pearson, 2010.

HEYWOOD, Andrew. *Ideologias Políticas: do liberalismo ao fascismo*. Trad. Janaína Marcoantonio e Mariane Janikian. São Paulo: Ática, 2010.

LEITE, José Roberto Teixeira. *A China no Brasil: influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na sociedade e na arte brasileiras*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

MACHADO, Rita Pinheiro-. *Os Indicadores de Sucesso nos Investimentos em C&T no Brasil: positivo ou negativo?* Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwhl_1196789697.ppt>. Acesso em: 15 maio 2016.

MARINHA DO BRASIL. Serviço de Documentação da Marinha. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2001, v. 4, TOMO I.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. 11. ed. São Paulo: Editora UNESP; Campinas: FACAMP, 2009.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. *Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna*. São Paulo: UNESP; Campinas: FACAMP, 2009.

MORRISON, Wayne M. *China's Economic Rise: History, trends, challenges and implications for the United States*. Disponível em: <<http://www.fas.org/sgp/crs/row/RL33534.pdf>>. Acesso em: 10 mai 2016.

MOSER, Ana Cláudia; THEIS, Marcos. *Investimentos em C&T e Desigualdades Socioespaciais no Brasil*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdr/ts/v26n2/v26n2a11.pdf>. Acesso em: 9 maio 2016.

MOSER, Michael J.; MOSER, Yeone Wei Chih. *Foreigners within the Gates: the legations at Peking*. New York: Oxford University Press, 1993.

MOURA, Carlos Francisco. *Liou She-shun: plenipotenciário do Império da China; viagem ao Brasil em 1909*. Macau: Instituto Nacional; Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2011.

NAUGHTON, Barry. *The Chinese Economy: transitions and growth*. Massachusetts: MIT Press, 2007.

NOLAN, Peter. *China and the Global Economy*. New York: Palgrave, 2001.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. Tentando compreender a China. In: RODRIGUES, Thiago. *Olhares ao Leste: o desafio da Ásia nas Relações Internacionais*. São Paulo: Desatino, 2005.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.

PAASHAUS, Alberto Gustavo; LIRA, Daniel Ferreira de. *O Desenvolvimento da América Latina à luz do Pensamento Cepalino: do estruturalismo à nova agenda para o desenvolvimento regional na América Latina e no Caribe*. Disponível em:

<http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_iid=11683>.

Acesso em: 16 mai 2016.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Do Estado patrimonial ao gerencial. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PREBISCH, Raúl. Por uma Dinâmica do Desenvolvimento Latino-americano. In: BIELSCHOVSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de Pensamento na CEPAL*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RAWLS, John. *A Theory of Justice*. Ed. rev. Oxford: Oxford University Press, 1999.

RESENDE, Ivan Kushnir. *Produto Interno Bruto no Brasil; 1970-2014*. Disponível em: <http://www.kushnirs.org/macroeconomics_/pt/brazil_gdp.html>. Acesso em: 10 mai 2016.

RODRIGUEZ, Octávio et al ii. CEPAL: velhas e novas ideias. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 5, p. 79-109, dez. 1995. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=433&tp=a>>. Acesso em: 12 mai 2016.

Sistema de Inovação Brasileiro após 1990. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnPAD/enanpad_2004/ACT/2004_ACT1>. Acesso em: 12 maio 2016.

SALLES, Ricardo. As águas do Niágara. 1871: a crise da escravidão e o ocaso saquarema. In: GRINBERG, Keila; RICARDO, Salles (Org.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. III, p. 40-82.

SHUJIE, Yao. *Building Strong Nation: How does China perform in Science and technology*. Disponível em: <<http://www.nottingham.ac.uk/cpi/documents/briefings/briefing-15-china-sci-tech.pdf>>. Acesso em: 10 mai 2016.

STOESSINGER, John G. *O Poder das Nações: a política internacional de nosso tempo*. Trad. Jamil Martins. São Paulo: Cultrix, 1975.